

CORREIO
ECONÔMICO

JOEDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Plataforma permite bloqueio simultâneo do CPF em apostas online

Bets: pedidos de autoexclusão crescem 7 vezes na Copa

Apesar da presença massiva de publicidade das casas de apostas online durante as transmissões da Copa do Mundo, o Brasil registrou um crescimento do número de pessoas que pediram a autoexclusão de plataformas de bets. A ferramenta de autoexclusão foi lançada pelo governo federal em dezembro de 2025 e permite ao cidadão cadastrar seu CPF para que o uso seja bloqueado simultaneamente em todos os sites.

Segundo os dados da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, nas duas primeiras semanas do torneio, o número médio de pedidos diários para ter o CPF bloqueado para apostar em bet aumentou quase sete vezes. A Plataforma Centralizada de Autoexclusão registrou, entre 15 e 28 de junho, 17.866 pedidos por dia, contra 2.594 solicitações médias diárias registradas na primeira quinzena de maio.

Ao todo, mais de um milhão pediram exclusão

Depois de processados, os pedidos impedem que as pessoas usem os próprios CPFs para apostar nas bets legalmente autorizadas a funcionar no país. Desde o lançamento da plataforma, mais de 1 milhão de pessoas já se inscreveram no serviço.

O levantamento também mostrou que os motivos alegados por quem fez essas solicitações mudaram. Em maio, a maior parte dos pedidos (43%) era por perda de controle sobre o jogo.

REPRODUÇÃO



Descontrole no jogo motivou 43% das inscrições

TCU cita risco fiscal dos Correios

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou nesta quarta-feira (22) um alerta ao governo federal sobre o custo da universalização do serviço postal prestado pelos Correios. Por unanimidade, o plenário do tribunal aprovou o acórdão de uma auditoria realizada sobre a questão. Segundo o TCU, sem a criação de um “mecanismo explícito, estruturado e transparente de compensação de custos”, a universalização gera risco fiscal para as contas públicas. A conclusão foi formada a partir do voto do ministro Benjamin Zymler, relator.

Valor é compatível a outras políticas públicas

Na avaliação de Zymler, o valor é compatível com outras políticas públicas, como o Programa Farmácia Popular e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Contudo, o relator pontuou que a falta de previsão de compensação dos custos da estatal, que opera em prejuízo, fragiliza a capacidade dos Correios de absorverem as circunstâncias atuais e obriga o aporte de recursos por parte da União.

Bolsa Família I

A Caixa Econômica Federal pagou na quinta a parcela de julho do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 4. Neste mês, o valor médio do benefício está em R\$ 679,19. Moradores de 175 municípios de seis estados receberam o crédito antes, na segunda (20), independentemente do número final do NIS.

Bolsa Família II

O pagamento unificado feito pela Caixa beneficiou localidades em situação de emergência ou em estado de calamidade pública nos seguintes estados: Amazonas (três municípios), Paraíba (31), Paraná (8), Rio Grande do Norte (120), Roraima (6) e Sergipe (7). O valor mínimo do Bolsa Família corresponde a R\$ 600.

Resposta emergencial I

A Confederação Nacional da Indústria considera oportuna a disponibilização de crédito emergencial para as empresas afetadas pela tarifa adicional de 25% dos EUA. A medida, que inclui setores cujas exportações foram prejudicadas pela guerra no Oriente Médio, ajuda a aliviar o golpe recebido por setores da indústria nacional.

Resposta emergencial II

A indústria de transformação deve ser o setor mais impactado pela tarifa adicional, pois 47% do valor total das exportações desse segmento são alcançadas pela medida do governo dos EUA. Para a CNI, a sobreposição dessa barreira protecionista ao estrangulamento financeiro das empresas evidencia a urgência do pacote governamental.

Inovação e tecnologia I

Os impactos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), as diretrizes da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2024-2034 e novas propostas de governança para os fundos públicos foram temas de discussão da reunião do comitê de líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI).

Inovação e tecnologia II

Durante a abertura do encontro, o presidente da CNI, Ricardo Alban, reforçou o papel da MEI como principal articuladora entre o setor produtivo e o governo federal para projetos na área de ciência, tecnologia e inovação. Alban destacou que a inovação precisa ter uma posição de relevância no desenvolvimento da indústria.



O lote contempla 2.743.200 restituições, totalizando mais de R\$ 4.6 bi

Consulta ao terceiro lote de restituição do IRPF nesta sexta

Mais de 2,7 mi de contribuintes integram o lote pago até dia 31

Da Redação

A consulta ao terceiro lote de restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026 estará disponível a partir das 9 horas desta sexta-feira (24).

O lote contempla 2.743.200 restituições, totalizando R\$ 4.612.623.516,98. O crédito bancário está previsto para o dia 31 de julho de 2026, com os pagamentos sendo realizados ao longo do dia.

Do total de restituições, 839.464 serão destinadas a contribuintes com prioridade em razão da utilização da declaração pré-preenchida e/ou da opção de recebimento via PIX.

Outras 309.441 restituições serão pagas a contribuintes enquadrados em diferentes critérios de prioridade, enquanto 197.821 contemplam pessoas com prioridade legal. As demais 1.396.474 restituições referem-se a contribuintes sem enquadramento em categorias prioritárias.

ENCERRAMENTO DA FILA DE RESTITUIÇÕES REGULARES

Este lote encerra a fila de restituições aptas ao pagamento relativas ao IRPF 2026. Após o processamento, permanecerão pendentes

apenas restituições que ficaram retidas em malha fiscal, ou que apresentam inconsistências nos dados bancários informados para o recebimento, como casos relacionados à chave PIX.

Atualmente, cerca de 165 mil restituições não foram creditadas porque o contribuinte informou o CPF como chave PIX para recebimento, mas não possui conta bancária vinculada a essa chave.

Para regularizar a situação, o contribuinte tem três alternativas:

- cadastrar uma chave PIX CPF junto a uma instituição financeira;
- alterar a conta para crédito da restituição por meio do serviço Meu Imposto de Renda;
- retificar a declaração, informando uma conta bancária de sua titularidade.

COMO CONSULTAR A RESTITUIÇÃO

A consulta pode ser realizada na página da Receita Federal na internet, acessando o serviço Meu Imposto de Renda na opção “Consultar a Restituição”. A consulta também pode ser feita pela página Consulta restituição IRPF ou aplicativo da Receita Federal disponível para tablets e smartphones.